

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA (ORG)

ISLANIA MARIA DA SILVA

CURI-CROÁ:

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO.



SUA FEIRA DE LIVROS

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA (ORG)

ISLANIA MARIA DA SILVA

CURI-CROÁ:

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO.



SUA FEIRA DE LIVROS

CURI-CROÁ

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO

ORGANIZADORA:

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA

AUTORA

ISLANIA MARIA DA SILVA

PREFÁCIO:

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA

EDITORÇÃO E CAPA:

SUA FEIRA DE LIVROS

JOSÉ APARECIDO DA SILVA ROCHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Islania Maria da
Curi-croá [livro eletrônico] : mulheres
indígenas em movimento / Islania Maria da Silva ;
organização Natália Luczkiewicz da Silva. --
1. ed. -- Arapiraca, AL : Sua Feira de Livros,
2025.

PDF

ISBN 978-65-988057-3-9

1. Cultura indígena 2. Indígenas - Direitos
fundamentais 3. Indígenas - Educação 4. Indígenas -
História 5. Indígenas - Línguas 6. Mulheres indígenas
7. Povos indígenas I. Silva, Natália Luczkiewicz da.
II. Título.

25-295925.0

CDD-980.41092

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres indígenas : Histórias de vida 980.41092

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: 10.5281/ZENODO.16990410

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
IDENTIDADE E DIFERENÇA: CONSTRUÇÕES LINGUÍSTICAS	9
O PERFIL DA MULHER CONTEMPORÂNEA	14
QUAL É O LUGAR DA MULHER INDÍGENA?	17
O GRUPO CURI CROÁ: RESISTÊNCIA NO SERTÃO ALAGOANO	19
A MULHER QUE EU (NÓS) QUERO (QUEREMOS) SER.....	22
PERCURSO METODOLÓGICO	25
O DIZEM AS PARTICIPANTES?	27
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	38

PREFÁCIO

Este livro nasce da trajetória de uma mulher indígena que, desde cedo, acompanhou sua tia e outras mulheres da aldeia na produção de artesanato, observando com curiosidade cada gesto, cada técnica, cada história contida em sementes, fios e cores. Na infância, ainda não tinha certeza se esse seria seu caminho, mas a atenção e o desejo de aprender sempre estiveram presentes. Hoje, ela domina diversas técnicas, produzindo peças de grande beleza e significado, além de desenvolver trabalhos de pintura que traduzem sua sensibilidade e criatividade.

Como orientadora de Islania, pude testemunhar sua dedicação aos estudos e sua constante busca por novos conhecimentos. Sempre chegava às aulas usando os colares que ela e o grupo Curi-Croá produziam, carregando consigo a materialidade de sua cultura e, ao mesmo tempo, a força de quem quer transformar experiências em aprendizado e expressão. Essa presença simbólica anuncia, desde o início, o que o leitor encontrará nas páginas desta obra: uma união entre saberes ancestrais e pesquisa acadêmica, entre experiência pessoal e reflexão crítica.

O livro apresenta o Grupo Curi-Croá como espaço de resistência, protagonismo e empoderamento das mulheres indígenas, abordando temas como identidade, economia criativa, valorização dos saberes tradicionais, apropriação cultural e os desafios que ainda marcam a vida das mulheres na aldeia e na sociedade. As histórias das participantes, os relatos de aprendizado, resistência e superação se entrelaçam com reflexões teóricas, construindo um panorama sobre o papel da mulher indígena contemporânea.

Diante disso, a meu ver, esta obra evidencia como o artesanato se torna instrumento de autonomia, educação e transformação social, visto que a autora demonstra que o trabalho manual não é apenas produção material: é política, cultura, memória e cuidado. É também um gesto que conecta gerações e fortalece laços comunitários, mostrando que a mulher indígena é agente de mudança dentro e fora de sua aldeia.

Natália Luczkiewicz da Silva
Doutoranda em Linguística (PPGLL/UFAL)

APRESENTAÇÃO

Há livros que nascem como sementes lançadas à terra fértil. *Curi-croá: mulheres indígenas em movimento* é raiz — profunda, firme e viva — que se entrelaça à memória, à identidade e à resistência de um povo. O leitor que aqui adentrar não encontrará somente palavras, mas rios que narram histórias, árvores que guardam segredos e vozes femininas que ecoam como o vento nas matas.

O Curi-Croá, cenário e protagonista desta obra, não é apenas um grupo de mulheres: é corpo coletivo, é pulsar de ancestralidade, é território onde a mulher indígena é fonte e guardiã. Entre rituais e cotidianos, lutas e celebrações, Islania Maria nos convida a caminhar descalços por um chão sagrado, a ouvir o silêncio que fala e a reconhecer a dignidade que persiste mesmo diante da opressão.

Esta obra nasce do encontro entre rigor acadêmico e compromisso político. A autora nos conduz por um percurso que começa pela compreensão histórica e social da condição da mulher indígena no Brasil, desvelando o peso das heranças coloniais e o impacto das políticas de silenciamento que atravessaram séculos. A partir disso, mergulha no estudo do grupo Curi-Croá, espaço que resiste e se reinventa, onde a ancestralidade se manifesta não como relíquia, mas como força viva e transformadora.

O livro apresenta reflexões sobre identidade, gênero, etnicidade e resistência, articulando teoria e experiência de forma orgânica. Aqui, as referências a pensadores contemporâneos e a estudiosos da temática indígena não são usadas como molduras distantes, mas como instrumentos que se entrelaçam às vozes e narrativas das próprias mulheres retratadas. São páginas que discutem a representatividade da mulher indígena nos diferentes contextos — do território tradicional às redes sociais, das assembleias políticas às festas populares — e que apontam as tensões entre apropriação cultural e reconhecimento legítimo.

Em seus capítulos, o leitor encontrará debates sobre a importância da oralidade e da transmissão de saberes, a potência simbólica dos rituais e adornos, e a luta cotidiana pela preservação da língua e da cultura. Encontrará também

análises críticas sobre como a presença indígena é, muitas vezes, reduzida a estereótipos exóticos, apagando a complexidade e a pluralidade dessas existências.

Portanto, esta obra é um testemunho, haja vista que carrega a força de quem resiste sem perder a ternura, de quem transforma a dor em canto e a memória em caminho. Ao leitor, resta o convite para percorrer esta travessia com respeito e entrega, pois aqui não se lê apenas com os olhos: lê-se com o coração, com a escuta e com a alma inteira.

Natália Luczkiewicz da Silva
Doutoranda em Linguística (PPGLL/UFAL)

INTRODUÇÃO

No reino do caroá onde os encantados moram,
Com proteção de Deus e da virgem Nossa
Senhora.
Reiovê, Reiovê, Avarra, Reiovê.
Com a benção da Santa Cruz, todos sejam
abençoados.
Senhora Santa Maria que é mãe do Ejucá traga a
proteção divina pra mesa do Caroá [...] no reino do
Caroá todos sabe como é, vamos dar viva ao
Cacique e também ao nosso pajé [...] (Toré Jiripankó)

O povo indígena Jiripankó está localizado no Alto Sertão de Alagoas, no município de Pariconha. A cultura Jiripankó é rica e vibrante, com as mulheres desempenhando um papel central nas manifestações culturais, rituais e na produção de artesanato. Estas mulheres exercem funções significativas para a comunidade, não apenas por meio dos saberes tradicionais, mas, sobretudo, a partir da busca por sustentabilidade financeira. Portanto, a mulher Jiripankó pode ser considerada como um símbolo de afirmação cultural.

Para falar sobre a mulher indígena, é fundamental que eu me coloque neste texto, uma vez que falo também sobre a minha própria realidade. Enquanto mulher indígena, a partir do ensinamento e do diálogo com outras mulheres, aprendi que em cada batalha da vida sempre há uma coluna feminina. A nossa presença dentro das ações da comunidade reflete o significado da palavra resistência para que possamos visibilizar nossas vozes e a nossa existência corpórea, muitas vezes, considerada “frágil”.

Essas ações cotidianas dentro da nossa cultura refletem mecanismos de empoderamento que podem minimizar o preconceito que sofremos, advindo de um modelo de sociedade patriarcal, com o intuito de que possamos seguir firmes com os nossos objetivos e chegarmos em todos os espaços que almejamos.

Neste momento, filiada à teoria da Linguística Aplicada INdisciplinar (Moita Lopes, 2022), a qual busca romper com os paradigmas positivistas da ciência tradicional, iniciando pela aproximação do pesquisador com a pesquisa, falarei um pouco sobre a minha história, entrelaçando a convivência na comunidade. Desde

criança, orgulho-me do meu povo, da nossa cultura, da nossa identidade e do artesanato. Nesse ponto, começo mencionando uma forte referência feminina na comunidade Jiripankó: Cleide. Ela é uma das lideranças que sempre batalhou para garantir o sustento da família, sendo o artesanato uma das principais fontes de renda. Sua trajetória exemplifica a resistência cultural!

Sempre acompanhava a minha tia Cleide em eventos sociais. O que eu mais me orgulhava e até hoje me orgulho são de suas falas em palestras, as quais proporcionavam a visibilidade das mulheres indígenas, mostrando que as nossas diferenças proporcionam a constituição de identidades sociais e individuais. Além de suas palestras, ela é uma liderança da comunidade e artesã. Sempre que eu chegava em sua casa, Cleide estava sentada no sofá produzindo seus adereços, com brilho nos olhos, perfurando cada semente, montando peça por peça, dando forma a grandes produções artesanais (brincos, colares, pulseiras etc.).

Nesses momentos, sentia uma imensa vontade de aprender, mas o medo de pedir para que me ensinasse era maior que qualquer obstáculo. A vontade de aprender a produzir artesanato ficou resguardada, o tempo passou e segui apreciando o seu trabalho e de outras artesãs. Aprofundei-me em conhecer um pouco o a história do meu povo, a partir da participação em eventos, viagens e me engajando nos movimentos indígenas. Ainda era muito pequena, mas já sentia que eu deveria participar desses momentos para que, futuramente, estivesse preparada para dar continuidade ao legado dos velhos anciões.

Os anos se passaram e a minha paixão pelo artesanato aumentou. Certo dia, decidi fazer o uso de uma parte do dinheiro que havia guardado para emergências e fui a uma loja na cidade. Comprei uma agulha e uma linha de crochê e comecei a praticar ponto por ponto, formando uma peça. Com esses primeiros esforços, consegui produzir a parte de cima do biquíni. Embora não tenha ficado perfeito, essa peça foi a chave que abriu a porta para o mundo do artesanato. Desde então, continuo criando e aprimorando as minhas habilidades, produzindo diferentes tipos de adereços.

Em 2022, fui convidada a participar de uma reunião na comunidade, que abordou algumas temáticas, uma das principais estava relacionada ao território. A

reunião contou com a presença de um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade. Durante o encontro, uma das colaboradoras sugeriu a formação de um grupo de mulheres indígenas. A proposta chamou a atenção de uma das participantes, que decidiu acatar a ideia de criar esse grupo, buscando meios para torná-lo uma realidade.

Nesse contexto, junto com minha parceira, que hoje que é presidenta do grupo, e outras que nos estendeu as mãos, buscamos universalizar os saberes das artesãs locais. Elas expressam suas identidades e tradições através das práticas culturais, transmitindo esses conhecimentos de geração em geração. Nosso objetivo foi/é contribuir para o reconhecimento dessas artesãs, oferecendo-lhes visibilidade, representatividade, empoderamento e fortalecendo o protagonismo.

O interesse por esse tema surgiu quando ingressei no grupo Curi-Croá. A partir desse contato, engajei-me cada vez mais, tornando-me uma das protagonistas desse movimento de mulheres que encontraram no artesanato uma forma de conquistar sua independência financeira.

Como integrante do grupo e jovem acadêmica, percebi as dificuldades que o coletivo enfrentou para se desenvolver, especialmente diante de comentários negativos de pessoas que deveriam nos estender as mãos. Isso me motivou a escrever e publicar sobre essa realidade, com o objetivo de proporcionar visibilidade às ações realizadas por essas mulheres e de destacar sua importância para a cultura e para a economia local. A partir dessa experiência, compartilhada com tantas outras mulheres, escolhi este tema como ponto de partida para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas com três mulheres do grupo e com a mulher artesã mais velha da comunidade. Desse modo, é importante ressaltar como os saberes veiculados de geração para geração podem proporcionar o desempenho de práticas tradicionais que contribuem para o protagonismo e para o empoderamento da mulher jiripankó.

Com base nessa discussão, respaldo-me teoricamente em estudos referentes ao conceito de identidade, a partir de Hall (2000), Silva (2000) e Ferrari (2004), demonstrando que a identidade indígena é plural e em constante processo

de mudança. Além disso, recorro a pesquisas acerca do papel da mulher na sociedade (Lugones, 2020), sobre o empoderamento feminino, por meio do trabalho artesanal, e sobre a representatividade da mulher indígena.

Nesse sentido, este trabalho pode contribuir para reconhecer o papel vital dessas mulheres nas práticas socioculturais da comunidade. Acredito que abordar este tema é uma forma de valorizar o poder da mulher indígena, especificamente da aldeia Jiripankó, destacando sua importância e representatividade como artesãs e líderes culturais.

Este trabalho segue organizado em quatro capítulos. No primeiro, discorro sobre identidade e diferença; no segundo, reflito sobre o perfil da mulher contemporânea; no terceiro, discuto acerca do lugar da mulher indígena; no quarto, apresento o processo metodológico da pesquisa; por fim, analiso os dados coletados ao longo das entrevistas com as participantes do Grupo de Guerreiras Curi-Croá.

IDENTIDADE E DIFERENÇA: CONSTRUÇÕES LINGUÍSTICAS

Neste capítulo, discorro acerca dos conceitos de identidade e diferença, destacando como essas duas concepções estão articuladas, bem como se manifestam por meio da linguagem. Parto da compreensão de que a construção da identidade e da diferença emerge como um processo simbólico e discursivo profundamente enraizado nas relações de poder. Essas relações são estruturadas pela intenção de diversos grupos em preservar um acesso diferenciado aos bens sociais, estabelecendo limites por meio da demarcação das posições de sujeito (Silva, 2000).

Na modernidade tardia, as identidades se tornam fragmentadas e multifacetadas, sendo construídas a partir de discursos, práticas e posicionamentos que podem se sobrepor ou divergir. Assim, corroboro com o entendimento de que as identidades passam a ser historicizadas e sujeitas a um processo contínuo de transformação. Portanto, a identidade não pode ser entendida como um fenômeno isolado, pois ela é atravessada por complexidades sociais que moldam o sujeito. A construção do “eu” se dá, então, através de uma série de negações e diferenciações, em um processo dinâmico que expõe a instabilidade e a indeterminação como características centrais das identidades (Silva, 2000).

Um aspecto central da discussão sobre identidade e diferença envolve suas raízes políticas e a forma como os sujeitos são classificados socialmente. Jacques Derrida (1981) analisa o conceito de “binarismo”, elucidando como as construções binárias – como homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual – estabelecem estruturas de inclusão e exclusão, em que uma relação de igualdade nunca é realmente alcançada.

Nesse sentido, ao longo da história, as identidades funcionam como pontos de referência e de pertencimento, mas também podem exercer um papel de exclusão, transformando o “diferente” em algo exterior ou inferior. Como afirma Hall (2000, p. 96), “toda identidade necessita daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro seja um ‘silenciado’ e inarticulado”. Essa dinâmica contribui para acentuar desigualdades sociais, por meio das quais a branquitude, por exemplo, é frequentemente tomada como norma, e aqueles que não se enquadram nesta categoria são vistos como “outros” ou “anormais” (Cesaire, 1978).

Seguindo este pensamento, Silva (2000) destaca como a repetição discursiva a respeito da identidade contribui para a sua naturalização. Um exemplo disso é o uso de termos racistas, como “negrão”, que reforçam percepções negativas associadas à identidade negra. Judith Butler (1990) chama conceitua esse movimento de repetição como performatividade, na qual atos discursivos reiterados estabelecem identidades e reforçam estereótipos.

Esse processo está enraizado em um discurso hegemônico onde a raça dominante controla a representatividade, e, portanto, determina a identidade dos “outros”. Santos (2019) explora como as desigualdades sociais e culturais influenciam o que os corpos representam e como são sentidos, promovendo uma distribuição desigual das oportunidades de reconhecimento.

Com base nessas reflexões, acredito que ao discutir identidade e diferença, é crucial lembrar que todos somos marcados por posições sociais múltiplas. Spivak (2018) destaca que as identidades femininas, especialmente quando interseccionadas por classe e raça, carregam um peso marginalizado que exige uma análise interseccional para ser compreendido. Portanto, a pesquisadora aponta para a necessidade de se adotar uma perspectiva mais complexa e multidimensional quando se analisa o feminismo e as questões de gênero, especialmente quando esses temas se entrelaçam com outras formas de discriminação.

Hall (2000, p. 115) destaca que “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ [...] que elas são representações, construídas ao longo de uma ‘falta’, pelo lugar do Outro, e que nunca podem ser idênticas aos processos de sujeito que nelas estão investidos”. Essa visão da identidade reconhece a diversidade dentro de grupos étnicos ou culturais e evita generalizações. A identidade indígena a qual faço parte, por exemplo, foi historicamente construída em torno de estereótipos, como se observa na maneira como o “Dia do Índio”¹ é celebrado, promovendo entendimentos que não refletem as realidades complexas das comunidades indígenas.

Os discursos e as identidades são, assim, recontextualizados e redefinidos

¹ Utilizo esta expressão entre aspas de forma proposital. Inicialmente, por entender que é esta visão que ainda é propagada pela sociedade como um todo e pelas escolas, a de que todos os povos indígenas são iguais. O segundo motivo é o fato de esse termo não ser mais adotado, substituído por Dia dos Povos Indígenas, como forma de inclusão das diversas etnias, identidades, histórias e culturas.

com o tempo. Segundo Pennycook (2021, p. 89), “as teorias pós-estruturalistas do sujeito enfatizam que nem o contexto social nem a experiência são suficientes para explicar a identidade. Esta é construída por uma teia de classe, raça, gênero, linguagem e relações sociais”. A linguagem, aqui, exerce um papel vital na formação da subjetividade.

Nessa conjuntura, chamo atenção para o fato de que a identidade e a diferença se constituem como um campo fundamental na linguística, especialmente no que diz respeito a como a linguagem constrói a identidade social, cultural e individual dos indivíduos. As expressões linguísticas que utilizamos para nos comunicar e nos identificar variam de acordo com contexto, cultura ou grupo social, uma vez que cada grupo emprega uma linguagem que pode refletir sua origem e história particular.

A identidade social é algo que construímos ao se integrar a um grupo, como gênero, raça, etnia, nacionalidade, religião ou até *hobbies* compartilhados. Assim, ela difere da identidade pessoal, que é a construção individual do conceito de si, enquanto a identidade social busca uma conexão com determinado grupo. Esse processo de formação identitária começa logo cedo, com o bebê recebendo significados e sendo nomeado dentro da sua comunidade, processo essencial para que adquira uma existência social. De acordo com Ferrari (2004, p. 5),

Em termos sociais, temos a mesma configuração: é necessário haver um outro que dê significado e sentido àquele bebê dentro de seu grupo para que ele passe então a ser nomeado e adquira existência. A repetição do mesmo, ainda dentro do pensamento psicanalítico, é associada a uma tendência à inércia, à mobilidade e à morte. Por outro lado, a tendência à vida se manifestaria no encontro com o diverso e a partir disto na proliferação de modos renovados de se posicionar no mundo. O encontro com o diverso, com a diferença, pode tanto se apresentar no outro – na criança com deficiência que vemos passar na rua – como no próprio sujeito, ou seja: naquilo que nele se diferenciou do já conhecido.

Diante disso, a identidade também é impactada pelo corpo, refletindo como diferenças físicas e psicológicas influenciam a autopercepção e a aceitação social. O padrão de beleza e a pressão social são outros fatores que afetam aqueles que se sentem fora dos padrões, e isso pode gerar ansiedade e isolamento. Ademais, também gostaria de frisar o contexto das pessoas com deficiência que, muitas vezes, evitam o convívio social para não vivenciarem situações de preconceito. Esse

cenário se amplia no mercado de trabalho, em que ainda há empresas que priorizam estereótipos de aparência em vez de qualificações profissionais, evidenciando barreiras estruturais na luta pela igualdade social.

Em um mundo controlado por lógicas capitalistas, no qual os saberes se submetem ao mercado, a valorização negativa do que é diferente se torna frequente. Dessa forma, o potencial para um processo de individuação e singularidade fica comprometido, prejudicando as relações de confiança e a exploração do novo, elementos essenciais para o desenvolvimento humano e para a inovação social (Ferrari, 2004).

No campo da identidade cultural, as pessoas se conectam com grupos específicos, expressando essa identidade por meio de elementos culturais, como rituais, patrimônios, língua, etnia, vestimenta, normas e valores. A linguagem, através de gírias, dialetos e sotaques, é um meio de manifestar essas identidades. Segundo Silva (2000, p. 74), “a identidade é simplesmente aquilo que se é”. No entanto, entendo que esse termo é complexo e abrange muito mais do que meras definições: ao longo da vida, as pessoas se descobrem e compreendem melhor a identidade que desejam construir. Esse processo inclui a afirmação de raízes culturais e o confronto com o preconceito, como ocorre, por exemplo, conosco, povos indígenas, quilombolas e afrodescendentes, que enfrentam desafios para preservar suas identidades em uma sociedade que, muitas vezes, privilegia a uniformidade.

O multiculturalismo, em um sentido amplo, traz à tona discussões sobre a aceitação e o respeito pela diversidade, promovendo a valorização das identidades diversas. Segundo Silva (2000), o multiculturalismo se apoia no respeito pela diferença, embora a construção dessas identidades esteja inevitavelmente vinculada a fatores sociais e históricos. A linguagem, nesse contexto, é uma ferramenta que vacila e que precisa ser decidida pela sociedade para afirmar quem realmente somos. Nas palavras de Ferrari (2004),

O que ocorre é que atualmente o encontro com a diferença nem sempre é vivido como potência de vida. Ao contrário, diante da escassez de possibilidade de ser e de parecer, o terror e a negação apresentam-se como freqüentes (sic). Aqui, novamente, há a convergência de processos sociais e psicológicos: a valoração negativa dada a tudo que não é igual a mim encontra apoio tanto ‘dentro’ quanto ‘fora’ do sujeito. Embora seja

necessário o encontro com o não-eu para o estabelecimento do eu, temos também atuantes forças que nos empurram para a mesmice, para a repetição. Num mundo controlado pelo capital, em que a lógica das ciências e dos saberes se submete às leis do valor e do mercado, perde-se este traço da humanidade que constitui a capacidade de ampliar-se diante do encontro com o diverso. Introjetam-se como traços superegóicos (sic) valores cuja principal ameaça é o isolamento, a exclusão através da perda de amor do outro. Diante destas condições, os laços de confiança, de inventividade e de exploração do desconhecido não têm espaço para se realizar. Logo, a singularidade necessária ao processo de individuação não acontece (Ferrari, 2004, p. 6).

Essas diversas facetas da identidade mostram que cada um de nós passa por um processo de auto exploração, questionando-se: “quem sou eu?”, “de onde venho?” e “qual é a minha origem?”. Para ilustrar, a afirmação de identidade indígena, como no caso do meu povo Jiripankó, define não só uma etnia, mas a afirmação de raízes culturais que ultrapassam definições superficiais de cor ou raça.

Sendo assim, o processo de definição da própria identidade pode parecer uma jornada entre ficção e realidade. Ferrari (2004) questiona se realmente adquirimos uma identidade ao longo da vida, destacando a importância da ficção como um meio de construir ideologias que nos diferenciam. Essa ficção, entretanto, é uma construção pragmática que permite que o ser humano encontre sentido e propósito. Assim, a identidade e a diferença estão sempre em constante diálogo, deixando espaço para que cada pessoa, em seu próprio tempo, descubra quem deseja ser.

O PERFIL DA MULHER CONTEMPORÂNEA

Ao longo deste capítulo, discuto sobre a mulher na sociedade contemporânea, levando em consideração as conquistas alcançadas por meio dos movimentos feministas e os desafios enfrentados ainda nos dias atuais. Partindo dessa temática, compreendo que o perfil da mulher contemporânea é resultado de um longo processo histórico de lutas, marcado pelo esforço em conquistar direitos civis, sociais e políticos, rompendo com paradigmas de submissão e desigualdade de gênero. Ao longo dos séculos, as mulheres enfrentaram um percurso de resistência que teve início nos movimentos feministas, que ganharam força em diferentes ondas ao redor do mundo, cada uma com pautas específicas, refletindo as demandas de seu tempo.

De acordo com Lugones (2020), a colonialidade de gênero não se trata apenas de opressão de gênero no sentido tradicional, mas de uma forma específica de dominação que combina gênero, raça, sexualidade e poder, reforçando uma hierarquia social de acordo com os interesses coloniais, conforme verificamos a situação da mulher indígena.

Antes da colonização europeia, muitos povos indígenas das Américas, da África e de outras regiões possuíam uma variedade de concepções de gênero e de organização social (Trevisan, 2018). Nas sociedades indígenas, por exemplo, frequentemente existiam categorias de gênero além do binário homem-mulher, e o trabalho e os papéis sociais eram distribuídos de maneira mais flexível e menos hierárquica. Entretanto, durante a colonização, essa diversidade foi destruída. Os colonizadores europeus impuseram um sistema patriarcal e binário, baseado em suas próprias crenças e valores cristãos, que definiu homens e mulheres em termos rígidos e complementares, subordinando as mulheres e eliminando qualquer expressão de gênero que desafiasse essa estrutura.

Diante disso, Lugones (2020, p. 49) argumenta que “a imposição de um sistema patriarcal ocidental não afetou apenas as relações entre homens e mulheres, mas impôs uma hierarquia racial onde as mulheres e homens colonizados foram desumanizados e marginalizados”. As mulheres indígenas e negras, por exemplo, foram posicionadas no patamar mais baixo dessa nova ordem, e o

conceito de “mulher” passou a ser associado à mulher branca, o que excluía as mulheres negras de quaisquer direitos e proteções sociais.

A mulher europeia foi vista como uma figura a ser protegida e controlada pelo homem europeu, enquanto as mulheres indígenas e negras foram objetificadas, exploradas e reduzidas a corpos a serviço do trabalho forçado e da reprodução (Kilomba, 2019). Além disso, a colonialidade de gênero inclui a imposição de normas de heterossexualidade compulsória, por meio da qual houve a imposição da heteronormatividade como padrão de organização familiar e social, reprimindo identidades de gênero e sexualidades que não se encaixavam nesse modelo.

As comunidades indígenas e afrodescendentes sofreram com uma violência direta sobre suas formas de vida e organização social, levando à erradicação de expressões de gênero e sexualidade que não seguiam o modelo eurocêntrico. Nesse sentido, para que possamos desafiar as opressões de gênero, é necessário um enfoque interseccional que leve em conta não só o sexismo, mas também o racismo, a homofobia e outras formas de opressão que estão interligadas.

Diante disso, é importante refletir sobre o papel que os movimentos feministas desempenharam ao longo dos séculos para que as mulheres pudessem ter acesso aos seus direitos básicos na contemporaneidade. Para tanto, inicialmente, promovo uma reflexão acerca do conceito de feminismo.

Segundo hooks² (2014), o feminismo busca uma transformação social que liberte tanto as mulheres quanto os homens das amarras de um sistema patriarcal, desmistificando o feminismo como um movimento “anti-homem”. Portanto, o feminismo é uma luta coletiva e interseccional, que também combate as opressões de classe, raça, orientação sexual e outras formas de discriminação.

A Primeira Onda do feminismo, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, focava na conquista dos direitos civis, como o voto e a participação política das mulheres. Inspirado por ideias liberais e movimentos abolicionistas, esse período teve figuras marcantes, como Susan B. Anthony, nos Estados Unidos, e Emmeline Pankhurst, no Reino Unido, que lutaram pela ampliação dos direitos civis e pelo reconhecimento da cidadania feminina (D’Ambrósio, 2016).

² Grifado com a inicial minúscula em respeito à escolha da autora da obra.

Com a Segunda Onda feminista, a partir da década de 1960, as pautas se ampliaram e passaram a incluir questões relacionadas à igualdade de gênero no mercado de trabalho, sexualidade e direitos reprodutivos. Inspirada pela obra de Betty Friedan, *The Feminine Mystique* (1963), esta onda criticava o papel restrito das mulheres como donas de casa e buscava inseri-las no mercado de trabalho e na esfera pública em condições de igualdade com os homens. O movimento também foi impulsionado por ativistas como Gloria Steinem e Simone de Beauvoir que, em sua obra *O Segundo Sexo* (1949), argumentou que a mulher sempre foi vista como o “outro” em relação ao homem, o que ajudou a consolidar o debate sobre as construções sociais de gênero (Beauvoir, 1980).

Na Terceira Onda, a partir da década de 1990, o feminismo buscou uma abordagem mais plural e inclusiva, reconhecendo a importância das intersecções entre gênero, raça, classe e orientação sexual, um conceito defendido por teóricas como Kimberlé Crenshaw, com a ideia de interseccionalidade (Crenshaw, 1991). Esse movimento buscava valorizar as identidades diversas das mulheres e incluir pautas de mulheres negras, lésbicas, indígenas, e outras minorias, ampliando o escopo do feminismo para além das questões de gênero e focando em desigualdades estruturais.

Nesse sentido, o perfil da mulher contemporânea reflete as conquistas desses movimentos. Atualmente, nós mulheres ocupamos espaços de destaque na política, no mercado de trabalho e na ciência, e, muitas vezes, acumulamos papéis que abrangem tanto a vida pública quanto à vida familiar. Entretanto, ainda enfrentamos diversos desafios, como a desigualdade salarial e a persistência de estereótipos de gênero. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que, globalmente, nós recebemos cerca de 20% a menos que os homens pelo mesmo trabalho, o que evidencia a persistência de desigualdades (OIT, 2018).

Com a Quarta Onda feminista, que surgiu com o advento das redes sociais, o movimento se voltou à luta contra a violência de gênero, o assédio e os abusos no ambiente de trabalho, como exemplificado pelo movimento #MeToo, em 2017. A Quarta Onda tem sido caracterizada pelo ativismo digital, que deu maior visibilidade a questões de violência contra a mulher e ao combate à misoginia (Gill; Orgad, 2018).

QUAL É O LUGAR DA MULHER INDÍGENA?

O lugar da mulher indígena na sociedade é marcado por desafios e dificuldades, em um contexto de machismo e preconceito. Nós enfrentamos muitos obstáculos, tanto dentro das comunidades quanto na sociedade em geral, resultado de séculos de discriminação e marginalização.

Em 1.500, ocorreu a chegada dos portugueses no Brasil com suas caravelas. Pisando na terra de pertencimento indígena, começaram as manifestações de poder, impedindo-nos de praticar os nossos hábitos e a nossa religião, como mostra a história nos livros, como se o Brasil fosse “descoberto”. No extremo da vida social, o jogo era lidar com a sobrevivência mesmo podendo perder a cultura milenar das mulheres (Braulina, 2019).

Hoje, nós estamos conquistando os nossos espaços na sociedade, na política e no mercado de trabalho, tendo a oportunidade de resgatar e revisitar a verdadeira história do nosso país. Dessa forma, podemos afirmar que o Brasil é, de fato, um país de diversidade cultural, sendo também, primordialmente, terra indígena.

Ao se proceder à análise do contexto histórico nacional, torna-se incontestável que as profundas mazelas legadas pela colonização afetaram, de forma particularmente devastadora, os povos indígenas. Rememorar o período da colonização serve para reforçar, tanto para os indígenas quanto para os não indígenas, a importância de jamais esquecer como se iniciou a história de resistência dos povos originários. Essa luta, que teve início com a colonização, persiste até os dias atuais, na busca pela verdade histórica e pelos direitos dos indígenas na sociedade.

Essa luta, no entanto, não ocorria/ocorre somente entre os homens, pelo contrário, tiveram o envolvimento das mulheres tanto na questão do gênero como na religiosidade. Sobre isso, Silva, D' Ambrósio e Pereira (2022, p. 27) destacam que “a história de luta da mulher indígena começou ainda em 1.500, quando Portugal passou a considerar todo o território nacional como parte integrante do seu domínio”.

Pensando nisso, lanço mão da seguinte reflexão: Qual é o lugar da mulher indígena na sociedade? Não é de hoje que nós articulamos forças contra o

machismo que é materializado de diversas formas. Somos lidas como seres frágeis, reduzidas à ideia de que “só servimos para pilotar o fogão” e “cuidar da casa e da família”. Além disso, ainda se espera que nos submetamos à autoridade do marido, mesmo no século XXI, em uma era marcada pela modernidade, perpassada por diversas narrativas. Ainda persiste a mentalidade arcaica do século XVIII de que a mulher deve ser submissa ao homem.

A conquista por direito leva tempo, como todos sabemos. Cada luta carrega consigo sacrifícios, e, muitas vezes, o sangue derramado é substituído pela dor da alma, que chora diante da indiferença quando sua voz não é ouvida. Esse é o motivo pelo qual a mulher indígena continua a batalhar para dar visibilidade à sua voz — sim, visibilidade, e não “dar voz”, pois sua voz nunca foi calada, apenas silenciada à força.

Desconstruir o paradigma de crítica social, no qual uma parcela da população se apresenta de maneira soberba, não é tarefa fácil, mas é fundamental que a luta continue. É preciso afirmar que o lugar da mulher é onde ela quiser estar e vivenciar tudo aquilo que tem direito.

Com o passar do tempo, estamos conquistando direitos e assumindo um protagonismo, especialmente quando seguimos os nossos estudos e utilizamos esse conhecimento a favor dos nossos direitos. De acordo com Duarte (2017, p. 24), “no início da década de 1980, houve a reflexão de mulheres intelectuais de forma que trouxesse à tona a diferenciação no tratamento e as desigualdades nos diferentes âmbitos da vida [...]”. Todavia,

Dentro dessa escala, as mulheres indígenas ficam em posição ainda de maior vulnerabilidade em relação às demais. Ressaltando que, a história corrobora com a inferiorização, digamos assim, da população indígena desde as classes escolares à vivência prática quando, por exemplo, não fornece a devida importância aos conhecimentos, culturas e hábitos indígenas incluindo as sabedorias acerca do corpo e sexualidade da mulher naturalizados na cultura ocidental, no sentido de que, de modo geral, pouco se reconhece as ações cotidianas cuja matriz veio dos povos indígenas (Duarte, 2017, p. 24-25).

Diante de tudo o que foi mencionado, gostaria de destacar a importância de uma figura indígena essencial do povo Guarani Mbyá que participou do documentário *Falas da terra*. Myrian Krexu foi questionada pelo professor: “O que

você está fazendo no curso de elite?”. Ao analisar a expressão de quem aparentemente foi impactada por essa questão, percebemos que, para muitos, ela poderia gerar revolta, tanto vinda de um professor quanto de qualquer outra pessoa. No entanto, foi justamente a partir dessa questão, feita pelo docente, que se iniciou a sua luta pelo direito de ocupar aquele espaço.

Diante disso, coloco-me na mesma situação da parente³. Gostaria de relatar uma situação que vivenciei dentro de uma universidade que, ao contrário de Myrian Krexu, que sofreu com a fala do seu professor, no meu caso, partiu de uma ocupante do espaço universitário, quando ao me olhar disse o seguinte: “Vixi! Deve ser índia”, com um tom de preconceito. Nesse momento, revidei de forma grosseira: “Que é? Estou fedendo?”. Diante dessa resposta, chegando em casa, em meio às lágrimas, comecei a refletir sobre o que havia ouvido. Essa situação me deixou mais forte, para que eu não deixasse que nenhuma palavra de rebaixamento me derrubasse, pois não é fácil ingressar em uma universidade e me deparar com olhares de rejeição, simplesmente por ser indígena.

Por isso, reafirmo que nós somos exemplos de força e verdadeiras guerreiras que, apesar das inúmeras adversidades, temos nos dedicado ao fortalecimento e ao empoderamento feminino. Continuamos lutando por um futuro em que as nossas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Posto isso, a valorização e o respeito são questões fundamentais para a construção de uma sociedade justa, na qual todas possamos ter voz e vez. Pensando nisso, na próxima seção, discorro sobre o Grupo Curi Croá e a sua importância para a valorização das mulheres indígenas.

O GRUPO CURI CROÁ: RESISTÊNCIA NO SERTÃO ALAGOANO

O grupo de mulheres Jiripankó homenageia, em seu nome, dois importantes recursos naturais da região: o Ouricuri e o Caroá⁴. Esses elementos são essenciais

³ Os povos indígenas utilizam o termo parente para se referir a outras pessoas que também fazem parte da comunidade indígena, como forma de demarcar que somos um único povo no que diz respeito à luta por direitos.

⁴ O nome do coletivo foi criado por Cícero Pereira, liderança da comunidade. Link da cartilha do grupo curi-croá: <https://institutoayni.org/mulheres-geripanko/>

para a vida e a cultura do povo Jiripankó, desempenhando um papel central na geração de renda, na alimentação e nas tradições, tanto materiais quanto imateriais, que fortalecem a identidade e o patrimônio cultural dessa comunidade. Nessa perspectiva, o grupo contribui para a resistência da mulher Jiripankó, a fim de manter a união e o fortalecimento da identidade por meio do artesanato.

De acordo com a atual presidente do coletivo: “Essa ideia foi surgindo após um grupo de pesquisadores chegar a nossa comunidade com o projeto e surgiu essa ideia. E com o passar do tempo, fomos amadurecendo e foi decidido na coletividade, né? Então, posso dizer que todos fomos idealizadores” (Entrevista com a presidente do grupo, 2024)⁵.

O grupo é fruto de um projeto em parceria com o Instituto Ayni, que surgiu com o intuito de fortalecer lideranças comunitárias, desenvolvendo mentorias e ações colaborativas, promovendo práticas sustentáveis que gerem impacto positivo na gestão de recursos, na preservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

A partir desse projeto, foram ofertadas oficinas de confecções de adereços indígenas ministradas pelas lideranças e artesãos Ervison Araújo, Cleide Gomes da Silva e Ulisses Araújo. Sendo assim, o grupo surgiu a partir de ideias das primeiras participantes, principalmente com o incentivo da querida Viviane da Silva Santos, que hoje é a presidente do grupo. Abaixo, apresento duas imagens de oficinas de produção.

Figura 1 – Colares produzidos nas oficinas



Fonte: arquivos da autora (2025).

Figura 2 – Oficina de pintura



Fonte: arquivos da autora (2025).

⁵ Com o intuito de reforçar algumas reflexões, recorreremos a trechos das entrevistas concedidas pelas participantes.

Esse grupo surgiu a partir de um movimento coletivo, iniciando com 20 pessoas e, atualmente, conta com 30 mulheres participantes. Essas mulheres desenvolvem trabalhos como pintura e crochê em pano de prato, pintura de bolsas ecológicas, adereços, colares, brincos, pulseiras e culinária, além de participarem de eventos: “A gente já participou de muitos eventos, subir à Serra, Marcha das mulheres e Feiras Solidárias e encontro de Mulheres Indígenas” (Entrevista com a presidente do grupo, 2024). Para participar do grupo, é necessário ter um preparo acerca das questões da comunidade Jiripankó, para que essas mulheres possam palestrar e vender os produtos produzidos.

Figura 3 - 10º Bienal Internacional do livro, Maceió - AL (2023)



Fonte: arquivos da autora (2023).

Figura 4 - Feira Artesanato em Pariconha-AL, 2024



Fonte: arquivos da autora (2025).

Essas guerreiras desempenham um papel fundamental nos rituais, sendo atribuídas funções específicas para cada mulher, conforme as exigências das atividades religiosas. Além das atividades culturais, essas mulheres também

desempenham o papel de donas de casa e a maioria é mãe, isto é, exercem diversos papéis sociais.

De acordo com a presidente do grupo, o principal impulso para participar do coletivo e realizar as atividades propostas é “a falta de oportunidade. Então, isso a gente inspira, a gente está sempre fazendo pesquisas, tipo, tentando conhecer outras comunidades outras associações e através de outros povos que a gente vai buscando a inspiração e conquistando. Está sempre modernizando o nosso” (Entrevista realizada com a presidente do grupo, 2024). Diante disso, ressalto que o grupo se dedica profundamente às questões sociais e políticas, contribuindo para o desenvolvimento econômico das mulheres e da comunidade como um todo, por meio do turismo e da comercialização dos produtos fabricados pelas participantes.

A MULHER QUE EU (NÓS) QUERO (QUEREMOS) SER.

Para adentrarmos na discussão proposta, falo um pouco sobre mim, enquanto uma mulher indígena que buscou inspiração nas mulheres guerreiras da minha aldeia e que tenta ressignificar o conceito de mulher indígena a partir dos estudos e do artesanato. Rejeito a palavra “sorte”, pois, para mim, ela carrega uma força inquietante, capaz de insinuar que não somos plenamente capazes de conquistar nossos direitos, além de invalidar os nossos esforços.

Na introdução deste trabalho, falei brevemente sobre como ocorreu o meu processo de reconhecimento enquanto uma mulher artesã, quais foram as minhas inspirações e anseios. Desse modo, nesta seção, gostaria de chamar atenção para a relevância do Grupo Curi Cróa para as jovens mulheres da aldeia, servindo-lhes de impulso para que busquem a sua própria renda e uma profissão. Nesse sentido, recorro a algumas entrevistas que realizei com jovens da comunidade, a fim de compreender os impactos que este coletivo de mulheres tem causado na aldeia Jiripankó.

Para isso, fiz o seguinte questionamento: Enquanto jovem indígena pertencente ao povo Jiripankó, como você entende o papel desse grupo no que diz

respeito à vida das mulheres artesãs? Diante disso, a colaboradora Ferreira⁶ (16 anos) respondeu o seguinte: “O papel de uma mulher indígena, principalmente Jiripankó não é fácil... lidar com os preconceitos, mas, é de extrema importância cumprir com nossos direitos e deveres, ocupar espaço, ir além das barreiras que estão nos impedindo, e dizer que estamos aqui não só para ‘ficar cuidando de casa’ e sim para mostrar o nosso grito de luta: Que lugar de mulher é onde ela quiser!”⁷.

A partir dessa fala, é possível compreender que Ferreira se posiciona explicitamente como mulher indígena Jiripankó, destacando as particularidades do seu grupo étnico e reconhecendo os desafios específicos enfrentados pelas mulheres indígenas. A jovem aponta o preconceito como uma barreira significativa, mostrando como ele é experienciado no cotidiano das mulheres indígenas, que frequentemente lidam com múltiplas camadas de discriminação.

Apesar disso, o discurso da jovem reflete a resistência e o empoderamento feminino ao reivindicar que “o lugar de mulher é onde ela quiser”, frase que carrega forte carga simbólica e política, desafiando tanto as normas patriarcais quanto os estereótipos coloniais. Além disso, ao afirmar a necessidade de “cumprir com nossos direitos e deveres, ocupar espaço, ir além das barreiras”, Ferreira explicita a intenção de protagonizar mudanças sociais, tanto dentro de sua comunidade quanto no cenário mais amplo.

De acordo com outra colaboradora, Silva (20 anos), o grupo Curi Cróa representa um importante marco na vida financeira das participantes:

Eu, como filha de artesã, digo que é um passo muito grande na vida financeira, porque ao empreender você pode ter mudanças significativas na sua vida, né? Inclusive, o coletivo, né? Oferece essas oportunidades de mostrar suas habilidades, de mostrar o que você sabe fazer para através disso é... buscar projetos de desenvolvimento e aprimoramento, pra através disso, você entrar na prática e poder produzir e vender e buscar uma melhoria para a sua vida (Entrevista com a colaboradora Silva, 2024).

Silva aponta que o ato de empreender possibilita mudanças significativas na vida financeira, destacando a autonomia que as participantes alcançam ao produzir

⁶ A fim de preservar a identidade das colaboradoras, utilizei apenas o sobrenome.

⁷ A transcrição foi realizada sem correções na fala das entrevistadas, a fim de preservar a informação concedida.

e comercializar seus produtos. Essa perspectiva demonstra como iniciativas como o grupo Curi-Croá se apresentam como alternativas práticas para superar desafios econômicos, criando oportunidades para as mulheres explorarem suas potencialidades.

Além disso, o coletivo é visto como um espaço de valorização de saberes tradicionais e habilidades culturais, permitindo que as participantes demonstrem seus talentos. Dessa maneira, os saberes tradicionais podem contribuir para o fortalecimento da identidade cultural das mulheres, conectando-as a redes de apoio.

Com base nas falas das duas colaboradoras, é possível verificar a admiração que elas têm pelas mulheres participantes do grupo Curi-Croá, considerando-as como grandes inspirações, além de reforçarem como as atividades desenvolvidas por essas mulheres, no interior do coletivo, possibilitaram mudanças de vida, pois assumem papéis importantes dentro das suas comunidades e na sociedade em geral.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é de natureza empírica, cujo método de estudo utilizado foi o etnográfico. Mattos (2011, p. 50) salienta que

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

Diante disso, a escolha por esse método se justifica pelo fato desse tipo de pesquisa facilitar a relação entre o pesquisador e a comunidade em estudo. Diante disso, com base nesse método, a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com participantes do Grupo Curi-Croá. A entrevista semiestruturada proporcionou liberdade às entrevistadas, evitando influenciá-las e criando um ambiente aberto para explorar questões que possam surgir durante a conversa. Assim, as perguntas se tornam mais flexíveis e ajustáveis ao contexto, permitindo uma interação mais espontânea, natural e rica em informações.

Foram elaborados roteiros de questões para direcionar as entrevistadas para o momento de diálogo, enfatizando a importância das mulheres artesãs como uma forma de engajamento e de representatividade na comunidade. Para a realização das entrevistas, utilizei o aparelho celular para registrar as gravações em formato MP3. Posteriormente, as falas foram transcritas para facilitar a análise dos dados.

Para esta pesquisa, contei com a participação de três mulheres que fazem parte do coletivo. A escolha do número de entrevistadas se deu de acordo com a disponibilidade das participantes para poderem contribuir, bem como pela experiência que possuem tanto por serem filhas de mulheres artesãs, como pelo fato de também já atuarem nesse ramo. A fim de expor as entrevistas de forma organizada, adoto o sobrenome das colaboradoras para referenciá-las, na próxima seção.

Os dados foram armazenados em locais seguros e as identidades das

participantes foram preservadas, a fim de cumprir com os requisitos éticos, no que diz respeito às pesquisas com seres humanos. A seguir, apresento os questionamentos direcionados às participantes, bem como as suas respectivas respostas. Em seguida, realizo uma análise descritiva e interpretativa dos dados, correlacionando com a teoria apresentada ao longo deste trabalho.

O DIZEM AS PARTICIPANTES?

Inicialmente, apresento a primeira colaboradora: Gomes é uma mulher indígena da aldeia Jiripankó, tem 54 anos, é casada e tem quatro filhos. Quando questionada sobre as suas primeiras experiências com a produção de artesanato, a participante respondeu o seguinte:

quando eu comecei, eu comecei tipo uma brincadeira, né? Como toda planta e todas as sementes que eu achava no mato, eu mordida elas, se ela fosse dura, durinha, aí eu já pegava e já furava elas com... com... ferrinho, ferrinho quente, e aí eu já produzia um colar por brincadeira, uma pulseira, um colar tornozeleira. Eu produzia por brincadeira, eu falava que era as madames, as madames das novelas que usava aquelas coisas, e aí, foi passando o tempo, foi passando o tempo e eu fui tendo mais conhecimento e aí foi quando eu comecei a criar peças mesmo, original, peças que eu já poderia até passar pra venda, mas meu artesanato, ele veio de uma inspiração. Eu falo assim: ninguém me ensinou, eu aprendi sozinha. Meu trabalho é um dom! (Entrevista com a colaboradora Gomes, 2024).

Conforme a fala da participante, o artesanato surgiu em sua vida como uma inspiração, um dom. Desde muito jovem, nas brincadeiras de infância, ela tinha a curiosidade de entender elementos presentes no seu dia a dia, como as sementes, e de que maneira ela poderia dar uma funcionalidade a elas. Nesse sentido, Gomes relacionou elementos da sua tradição a questões mais globais, como o fato das joias utilizadas pelas “madames das novelas”. Esse olhar demonstra que ela tinha um interesse em produzir algo que agregasse valor, a partir da realidade em que vivia. Após ter conhecimento, iniciou a produção de peças e começou a comercializá-las, tornando-se, assim, uma forma de adquirir recursos financeiros para si e para a família, o que deixa evidente a importância do artesanato na vida desta mulher. Segundo a colaboradora:

recebo bastante visitas pra entrevistas, é, recebo também visitas para comprar, né? Dentro da minha residência mesmo onde eu produzo, e também eu tenho o meu ponto de venda aqui dentro da minha casa e vem muita gente de fora não indígena procurar o meu trabalho. Eu recebo bastante convite pra oficinas não só pra dentro da comunidade, em faculdade, escolas não só indígena, né? Além das indígenas, né? Também as outras escola, eu faço assim quando é dentro da minha comunidade eu faço a oficina com meu próprio trabalho a minha própria matéria-prima que eu tenho eu levo quando é na minha comunidade na escola no posto no polo eu levo meu material pra incentivar os jovens como eles vão criar aquela peça na oficina que eu vou estar passando pra eles eu já deixo pra

eles usar pra terem uma inspiração daquele trabalho e começar a se interessar, pela cultura indígena pelo trabalho indígena quando é dentro da minha comunidade eu uso o meu próprio material quando é fora aí sim aí eu peço para que eles compre o material e eu entro só com a oficina também não tenho costume de cobrar as minhas oficinas para os povos indígenas... geralmente quando é para outro para faculdade que não é indígena aí sim eu dou o meu custo (Entrevista com a colaboradora Gomes, 2024).

Nessa perspectiva, verificamos que Gomes expressa orgulho pelo seu trabalho, pois recebe muitas propostas para expor seus artesanatos e desenvolver oficinas tanto dentro da comunidade quanto fora. Ela cita que os seus adereços são uma inspiração para os jovens e que faz o uso de materiais próprios para a confecção das peças, sem cobrar para as jovens da aldeia.

No entanto, apesar de ser reconhecida e valorizada por muitas pessoas, e de ter conquistado grandes vitórias, Gomes enfrentou situações que muitos artesãos também vivenciam: discriminação racial e preconceito contra sua identidade e seu trabalho. Ser mulher indígena, quilombola ou pertencente a outras identidades marginalizadas não é fácil na sociedade moderna. Mesmo com o avanço em diversas áreas, o preconceito enraizado em muitas pessoas continua a causar dor e invisibilizar muitos grupos. Esses comportamentos não apenas diminuem o outro, mas também revelam uma postura que insiste em perpetuar desigualdades expressas de forma cruel e desrespeitosa. Continuando com a entrevista, Gomes (2024) destaca que

Dentro da minha comunidade não, mas eu já passei por um momento muito difícil dentro de uma faculdade Federal, passei um momento muito triste que eu até falei pra os organizador do evento que não me convidasse que eu não ia participar mais, que eu fui muito humilhada, meu trabalho humilharam, sabe? E, assim uma menina veio comprar, tava duas amigas e uma gostou muito e comprou o brinco e pediu para que ela comprasse...eu não gosto disso, e quando ela falou eu não gosto disso, ali pra mim eu já me sentia assim um pouquinho, aí conversando com a outra e ela foi e começou a falar e ela falou leva pra tua mãe, ela falou assim, mulher porque eu vou levar essas coisas que eu não sei nem o que é, eu não sei o que produzem isso aqui é um negócio de palhaçada...fica falando de um negócio tudo colorida. Aquilo para mim foi uma facada, e aí depois a colega falou pra o professor, e o professor veio com essa menina e ela chegou e falou a me desculpe eu vou levar um trabalho desse, e aí na época era R\$ 7,00 eu tinha vendido o brinco, aí quando ela chegou eu falei assim só vendo pra você por R\$27,00 e porque você vendeu pra outra pessoa por 7,00? Porque você desfez do meu trabalho isso aqui é uma fonte de renda, então assim foi muito chato, tipo assim, ela ficou duas semanas sem ir pra faculdade depois ela conseguiu meu contato ligou pedindo desculpa pediu pra mim ir lá era uma prova importante que ela tinha que aplicar, e aí mesmo assim eu

falei pra ela eu falei assim isso é um exemplo pra você que você tem que respeitar para poder ser respeitada, então como você me desrespeitou eu não vou poder te ajudar nesse trabalho eu não vou, ligar não vou fazer não pra você aprender, e deu retorno, mas fiquei muito triste muito magoada (Entrevista com a colaboradora Gomes, 2024).

Nesse sentido, é possível verificar um episódio em que a colaboradora enfrentou preconceito relacionado ao seu trabalho como artesã. O ato discriminatório, vindo de uma universitária, cuja identidade não foi revelada, gerou revolta, mas não abalou sua determinação. Ao invés de se desfazer de sua arte ou questionar sua capacidade, Gomes reafirmou o valor de seus adereços e a importância do trabalho artesanal. Com resiliência, ela seguiu em frente, reforçando o papel essencial da mulher artesã na sociedade. Ainda destaca que ninguém tem o direito de menosprezar o trabalho de outra pessoa, independentemente da área, assim como não é aceitável impor valor ao esforço alheio. Portanto, é fundamental aprender a valorizar e apoiar o próximo, reconhecendo a importância de cada trabalho desenvolvido.

Quando falamos de artesanato, além de pensarmos no produto, é preciso refletir acerca do nível de resistência que essas peças têm. Nesse sentido, ao ser questionada sobre: Quais materiais você costuma utilizar para confecção dos objetos? Qual seu ponto de vista quando analisa produtos de terceiros e quais as qualidades você contribui para definir o produto como bom? Gomes (2024) respondeu:

materiais eu acho em casa, né? Na mata, nos terreiros, eu uso as sementes naturais da terra, uso também pena, cipó, fibra do croá e madeira, uso madeira. E geralmente quando eu viajo, eu tenho troca de experiência eu trago semente diferente, né? Mas o meu artesanato ele é rugido usando a matéria-prima da comunidade...eu faço é mais acessório é brinco, pulseira, colar, tornozleira e tiaras. Então os acessórios indígenas que a pessoa usa no dia a dia. Eu vejo pelo material porque tem muito material que até mesmo nós utilizamos que é muito frágil ele não pode levar sol, não pode levar chuva que ele cria fungos eles criam um funguinho que acabam com artesanato isso a gente vê muito, mas aí no meu caso, eu tenho muito cuidado nessa parte pra mim tá entregando o material de qualidade e de boa durabilidade para os meus clientes (Entrevista com a colaboradora Gomes, 2024).

Ao escutar atentamente o relato de Gomes, sou atravessada por uma relação profunda com a terra e com os saberes que dela emergem. Ela destaca a importância da natureza e daquilo que a mãe-terra oferece para alimentar e

sustentar seus filhos, chamando minha atenção para a relevância de cada semente e de cada árvore no processo de sustentabilidade. Esses elementos não são apenas recursos naturais: são vidas que ofertam seus frutos àqueles que sabem, com respeito e cuidado, como utilizá-los. Há aqui um saber que se constrói na experiência, na escuta da terra, e que desafia a lógica utilitarista dominante.

Nesse sentido, não posso deixar de lembrar de Spivak (1988) quando nos provoca com a pergunta: “pode o subalterno falar?” Gomes, ao narrar sua trajetória, não apenas fala, mas inscreve sua voz em um campo historicamente marcado por silenciamentos. Ao se reconhecer como artesã, e ao expressar o prazer de compartilhar seus saberes em viagens e trocas culturais, ela rompe com a posição de invisibilidade a que tantas mulheres como ela foram relegadas. Seu saber é vivido, sensível, corporalizado — e por isso, também, profundamente político.

Gomes compara seus produtos com os de outros artesãos e artesãs, apontando que nem todos os materiais utilizados possuem a mesma qualidade — o que resulta em peças mais frágeis. Esse olhar cuidadoso, essa exigência ética com o que produz, revela o compromisso que ela tem com seu trabalho e com quem consome suas peças, convidando-nos a reconhecer a complexidade, o rigor e a beleza do conhecimento que nasce da prática.

Além de artesã, a participante também atua com crianças e adolescentes. Mesmo com tantas atribuições, é no artesanato que ela encontra seu eixo, seu tempo dedicado, sua identidade profissional: “um tipo de profissão. A maioria do dia eu produzo artesanato, né? Principalmente à tarde e à noite, é onde eu me dedico muito com o meu trabalho, e à noite principalmente que eu produzo mais” (Entrevista com a colaboradora Gomes, 2024). Compreendo que o artesanato, para ela, não é apenas trabalho — é um território de expressão, pertencimento e criação.

Essa prática artesanal contribui para a renda familiar e para o cuidado com a saúde mental, fortalecendo a comunidade. Trata-se de um gesto que carrega memória, ancestralidade e afeto. E ao trazer à tona esse testemunho, reconheço o quanto é urgente valorizar epistemologias outras — aquelas que, como as de Gomes, resistem no cotidiano, nas dobras do tempo, na matéria moldada pelas mãos, e que nos ensinam, com humildade e firmeza, que há múltiplas formas de produzir e compartilhar conhecimento.

Para dar continuidade às discussões, a segunda entrevistada foi Santos (2024). Santos é uma mulher indígena da aldeia Jiripankó, tem 27 anos, é solteira e estuda no Ensino Superior. Para tanto, iniciei com o seguinte questionamento: Enquanto filha de artesã, como você entende o papel desse grupo no que diz respeito à vida financeira das mulheres participantes? Nesse sentido, Santos (2024) respondeu o seguinte:

Como filha de artesã, eu entendo que esse grupo foi criado mais para criar uma renda para essas mulheres por muitas não terem empregos ser somente dona de casa, e, o objetivo desse grupo de Guerreiros de prova das guerreiras tudo para lá foi exatamente isso, criar algo para que essas mulheres tivesse algo para ocupar a mente e que isso também fosse uma fonte de renda para elas, eu tiro pela minha mãe que é artesã que ela faz e vende o que ela produz né? ela não só faz crochê. Mas entre outras coisas (Entrevista com a colaboradora Santos, 2024).

Santos contribui de maneira significativa para o entendimento da valorização do grupo em questão. Tendo experiência, marcada pela convivência com sua mãe artesã, tem uma visão profunda e autêntica sobre o artesanato e seu impacto na vida das mulheres. Essa experiência a coloca em uma posição única para perceber o trabalho manual não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma forma de expressão, empoderamento e resistência.

Ao falar sobre o grupo, Santos apresenta uma perspectiva que vai além do que uma fonte de renda. Ela inclui, de forma simples, os desafios e as recompensas que envolvem o trabalho artesanal, pois cresceu vendo sua mãe enfrentando esses obstáculos no dia a dia. Essa vivência pessoal a torna empática com as mulheres do grupo, pois ela sabe, por experiência própria, o quanto é importante ter uma ocupação que ofereça o sustento financeiro, a satisfação pessoal e a independência. Isso se reflete em sua fala, pois ela enxerga essa ferramenta como um meio poderoso de transformação na vida dessas mulheres, proporcionando-lhes sustento e resistência.

Em seguida, questionei: Qual a sua opinião sobre o papel da mulher indígena na aldeia Jiripankó e na sociedade? Santos (2024) responde:

A mulher atualmente, eu digo atualmente, porque antes a mulher era bem excluída, né? não tinha voz e hoje em busca de conhecimento as mulheres indígenas elas têm uma peça fundamental não só na aldeia mais também

na sociedade. Hoje temos mulheres líderes que fazem parte do grupo as guerreiras Curi-Croá é um exemplo disso temos outras mulheres artesãs na nossa comunidade que não fazem parte das Guerras culturais, mas já trabalhou algum tempo nessa área, temos mulheres que trabalham na saúde na educação e aí por diante, então viveram já disso, a gente vê que essas mulheres que têm um papel essencial (Entrevista com a colaboradora Santos, 2024).

Esse fragmento evidencia um contraste entre a posição historicamente marginalizada das mulheres indígenas e sua crescente participação e protagonismo na sociedade contemporânea. A repetição do termo “atualmente” e a ênfase em “antes a mulher era bem excluída” ressaltam essa mudança de *status*, indicando um processo de conquista de voz e reconhecimento.

O trecho destaca a diversidade de papéis assumidos pelas mulheres indígenas na aldeia Jiripankó e na sociedade, mencionando diferentes áreas de atuação, como liderança comunitária, artesanato, saúde e educação. A menção ao grupo “Guerreiras Curi-Croá” sugere a presença de coletivos organizados que fortalecem a atuação feminina e contribuem para a resistência cultural.

Por fim, a frase “essas mulheres que têm um papel essencial” sintetiza o argumento central do depoimento: as mulheres indígenas não são apenas parte da comunidade, mas agentes fundamentais na sua manutenção e transformação. A seguir, a participante destaca:

Além de artesã eu sou um agricultora que é umas das profissões mais antigas do mundo devido à necessidade humana de alimentação por meio de vegetais proteínas e agricultor precisa ter conhecimentos técnicas para lidar com as questões rotineiras do campo como mudanças climáticas pragas e momentos ideais e para realizar suas ações o agricultor o alimento sua vestimentas produção de energia medicamento e outras necessidades é capaz de promover diversos produtos importantes por isso que eu vejo como a profissão muito importante (Entrevista com a colaboradora Santos, 2024).

A fala da entrevistada reflete uma forte relação com sua vivência no campo e sua percepção sobre a importância da agricultura. Ela inicia sua fala se conectando a duas identidades: artesã e agricultora. Isso sugere uma relação multifacetada com o trabalho, o que pode indicar um estilo de vida baseado tanto na produção agrícola quanto no artesanato. Essa sobreposição de saberes demonstra um conhecimento empírico do trabalho manual e da terra. Ao afirmar que a agricultura é “*uma das*

profissões mais antigas do mundo”, ressaltando a relevância histórica e social dessa profissão.

Além disso, ao enfatizar a necessidade de conhecimento técnico, Santos (2024) demonstra que sua experiência no campo vai além do senso comum. Ela menciona desafios como mudanças climáticas e pragas, que são problemas reais enfrentados pelos agricultores.

A seguir, apresento os dados da entrevista realizada com a terceira participante. Silva é uma mulher indígena da aldeia Jiripankó, tem 20 anos, é solteira e estudante. Para iniciar as discussões, questionei: Onde você busca inspiração e conhecimento? A resposta foi a seguinte:

Em poucas palavras, eu busco inspiração de mim mesma por ser uma pessoa que nunca desistiu de lutar por tudo aquilo que eu sempre sonho, para mim por ser uma mulher determinada e sempre buscando inspiração em mim mesmo e sempre buscando conhecimento nas coisas boas da vida e ruins, tropeçando, caindo e levantando e é dessa forma que busco inspiração os meus conhecimentos, mas nunca desisti há momentos da vida que passamos de altos e baixos só são obstáculos da vida para você se tornar mais forte (Entrevista com a colaboradora Silva, 2024).

Silva transborda, em sua fala, uma força de autossuperação e resiliência, refletida como um espelho no que diz respeito às suas lutas pessoais, no desenvolvimento de aprendizado e na evolução ao longo do percurso. Além disso, verificamos como é determinada e sempre busca aprender coisas novas em todos os momentos da vida. Nesse sentido, os desafios passam a ser vistos como obstáculos necessários para se tornar mais forte, mostrando uma visão positiva e persistente diante das adversidades, uma força de mulher que resiste para existir.

Continuando a nossa conversa, indaguei à colaboradora sobre os retornos financeiros com o trabalho artesanal e ela respondeu o seguinte: “É possível sim, viver de artesanato se você também já tem uma parceria com algumas empresas porque não adianta você ser um artesão e produzir seus artesanatos se não ter alguém que compre...” (Entrevista com Silva, 2024). Assim, a participante destaca que é importante conquistar parcerias com outras empresas para manter o negócio, ou seja, não adianta ser artesã se não tem quem compre as suas produções. No entanto, é necessário esclarecer que Silva (2024) está se referindo a questões econômicas e da busca por um sustento, mas que o artesanato é uma atividade que

vai muito além disso, podendo ser utilizado como uma manifestação artística terapêutica, por meio da qual muitas pessoas utilizam como refúgio de problemas psicológicos.

Ao contrário do que Santos (2024) relatou ao longo da entrevista, Silva (2024) destaca que aponta que nunca sofreu preconceito por ser artesã: “nunca sofri preconceito, porque nós nunca demos importância para que os outros falam, nós sempre valorizamos o que nós somos porque isso que nós fortalecemos diante de certos preconceitos. Está seguro no que nós fazemos. Os nossos desafios, é... nunca deixa nos abalar”. Ao analisar a falar da Maria, é satisfatório saber que ela nunca deixou que comentários ou olhares preconceituosos a afastasse do artesanato da vida que escolheu seguir, isso demonstra como ela é uma pessoa determinada e resistente diante das adversidades. É com essa reflexão que finalizo as análises das entrevistas, destacando a importância do pronunciamento de cada participante que, com muito afeto, aceitou falar sobre as mudanças de vida e as oportunidades que a prática do artesanato possibilitou em suas vidas.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a representatividade feminina do grupo Curi-Croá do povo Jiripankó, bem como discutir sobre o papel da mulher no espaço político e no mercado de trabalho, ou seja, como esse lugar está sendo conquistado por meio da resistência. Diante disso, parti da seguinte questão norteadora: Quais são os sentidos representacionais do grupo Curi-Croá, da etnia Jiripankó, no que diz respeito ao espaço político e ao mercado de trabalho?

Com base nas discussões apresentadas, os sentidos representacionais do grupo Curi-Croá partem de três eixos principais: autonomia financeira, fortalecimento cultural e resistência contra a discriminação. As colaboradoras destacam que o artesanato passou a ser um meio de sustento, permitindo que mulheres indígenas conquistem independência financeira. Assim, o grupo Curi-Croá proporciona uma fonte de renda para as artesãs, especialmente para aquelas que não possuem outras oportunidades de emprego.

Em relação ao fortalecimento cultural, o artesanato, além de um meio de subsistência, é um instrumento de valorização da identidade indígena, pois são utilizadas matérias-primas naturais da comunidade e ofertadas oficinas de produção, incentivando jovens a se interessarem pela cultura. Quanto à questão de resistência, apesar do reconhecimento, episódios de preconceito contra o trabalho com o artesanato ainda são recorrentes.

Historicamente, as mulheres indígenas foram excluídas, mas hoje estão conseguindo ocupar posições de liderança na comunidade e se mostrarem firmes frente às violências sociais. Dito isso, considero que o grupo Curi-Croá representa essa mudança, mostrando como o trabalho artesanal pode ser um meio de fortalecimento da mulher indígena tanto dentro da aldeia quanto na sociedade.

Nessa perspectiva, ao destacar suas trajetórias e conquistas, busquei fortalecer essas mulheres, bem como contribuir para a mudança de percepção sobre o papel da mulher indígena na sociedade contemporânea. Portanto, ao apoiar as iniciativas culturais do grupo Curi-Croá da aldeia Jiripankó, esta pesquisa busca reforçar a importância da representatividade e do empoderamento feminino, promovendo uma transformação significativa nas dinâmicas de poder e de

visibilidade das mulheres indígenas no sertão alagoano.

Dado o exposto, gostaria de frisar que a conclusão desta pesquisa não significa o fim dessas discussões para mim, mas o início de uma jornada contínua de esforço e conquistas, pois, como jovem artesã, reconheço-me nas participantes e sou testemunha das contribuições dessa arte em minha vida. Essa etapa inicial marca um ponto de partida essencial na luta por direitos igualitários, uma caminhada que demanda persistência, comprometimento e união, haja vista que a verdadeira transformação surge a partir da conscientização e da ação, e é a continuidade dessa luta que assegurará os direitos de todas as mulheres, sobretudo as indígenas.

No contexto da luta pelos direitos humanos, é fundamental dar a devida atenção aos direitos das mulheres indígenas, cujas vozes são frequentemente silenciadas e ignoradas pela sociedade. Nós enfrentamos desafios singulares, pois somos marginalizadas tanto pela nossa identidade como pela nossa condição de gênero, sofrendo uma dupla discriminação. Garantir o respeito aos direitos, a preservação cultural, a autonomia e o protagonismo nas decisões políticas, sociais e culturais – além da ocupação de espaços no mercado de trabalho e nas universidades – é um passo essencial para a construção de uma sociedade que reconheça e valorize a pluralidade de seus povos e assegure direitos para todos.

As mulheres do grupo Curi-Croá se destacam como líderes na resistência contra as imposições externas, utilizando suas vozes e ações para mobilizar suas comunidades na defesa de seus territórios. Por meio do resgate de saberes ancestrais, da organização de encontros culturais e da implementação de estratégias educativas, elas garantem a continuidade de suas tradições e asseguram que as novas gerações mantenham viva a sua identidade.

Para tanto, os resultados deste estudo reforçam o papel essencial das mulheres indígenas na luta por direitos e na preservação da identidade cultural. A resistência dessas guerreiras, longe de ser um fenômeno isolado, integra um movimento mais amplo que busca garantir a dignidade e a autodeterminação de seus povos.

Para pesquisas futuras, sugiro a ampliação da análise para outros grupos indígenas, a fim de obter uma visão mais abrangente das dinâmicas de resistência e dos desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos. Além disso, é

necessário que haja um aprofundamento na relação entre as mulheres indígenas e as políticas públicas voltadas à questão indígena, bem como a exploração de estratégias que fortaleçam sua visibilidade e protagonismo.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. **Por uma moral da ambiguidade**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BRAULINA, A. A Colonização sobre as mulheres indígenas: Reflexões sobre cuidado com o corpo. **Interethnic@** - Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 22, n. 1, 109–115, 2019.
- BUTLER, J. **Gender Trouble**. Londres: Routledge, 1990.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1241–1299, 1991.
- D'AMBRÓSIO, M. de F. O feminismo e as ondas feministas: uma breve reflexão. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 1, 4-20, 2016.
- DERRIDA, J. **Positions**, Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- DUARTE, D. C. Protagonismo de mulheres indígenas no espaço de poder e tomada de decisão: o caso das Terena em Campo Grande-MS. **MovimentAção**, v. 4, n. 7, pp.15-30, 2017.
- FERRARI, M. A. L. D. O papel da diferença na construção da identidade. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 56, n. 124, p. 1-8, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 25 fev. 2025.
- GILL, R.; ORGAD, S. (2018). The Shifting Terrain of Sex and Power: From the 'Sexualization of Culture' to #MeToo. **Sexualities**, v. 21, n. 8, pp. 1313–1324, 2018.
- HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOOKS, Bell. **Feminismo: uma política do cotidiano**. Rosa dos Tempos, 2014.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Jess Oliveira (Trad.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUGONES, M. **Toward a Decolonial Feminism**. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2020.
- MATTOS, C. L. G. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: Linguística aplicada indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES, *et al.* **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar**: gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola, 2022, 272 p.

Organização Internacional do Trabalho. **Relatório Global sobre os Salários 2018/19**. Genebra: OIT, 2018.

PENNYCOOK, A. The politics of difference. In: _____. **Critical Applied Linguistics**: a critical re-introduction. 2. ed. Routledge, 2021.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, J. de S.; D'AMBRÓSIO, M. de F.; PEREIRA, M. de F. (RE)significação da mulher indígena: luta e resistência das mulheres indígenas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, 2022.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade. Almedina Brasil, 2018.

Em “Curi-Croá: Mulheres Indígenas em Movimento”, o leitor é convidado a conhecer a força e a resistência das mulheres Jiripankó, no sertão alagoano. A obra traz histórias de vida e memórias descritas pela autora com sensibilidade, enquanto revela narrativas sobre o protagonismo feminino em busca da autonomia e reconhecimento. O grupo Curi-Croá surge como um movimento de luta pela preservação cultural. Esta obra é um convite para o respeito e a valorização da voz da mulher indígena que ecoa dentro e fora de sua aldeia.



SUA FEIRA DE LIVROS